



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

AS TRAMAS DO TRABALHO INFORMAL NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: CASO DOS VENDEDORES AMBULANTES DA PRAIA DA LITORÂNEA, SÃO LUÍS (MA)

Malanya Moreira Diniz¹

Sabrina Amaral Silva²

Helane dos Santos de Araujo³

Luana Appel dos Santos⁴

Ana Beatriz Amorim Garcia⁵

Resumo: Este estudo irá abordar os impactos da conjuntura sociopolítica e econômica do atual Estado brasileiro sobre o setor informal, partindo dos conceitos e origens históricas que contribuem para o surgimento e reprodução desse setor no Brasil, Maranhão e em São Luís, com destaque para o trabalho dos vendedores ambulantes da praia da Litorânea, localizada em São Luís do Maranhão.

Palavras-chave: Trabalho informal; Reformas; Conjuntura; Ambulantes.

Abstract: This study will address the impacts of the socio-political and economic conjuncture of the current Brazilian state on the informal sector, starting from the historical concepts and origins that contribute to the emergence and reproduction of this sector in Brazil, Maranhão and São Luís. vendors of the Litorânea beach, located in São Luís do Maranhão.

Keywords: Informal work; Reforms; Conjecture; Walking.

METODOLOGIA

Utilizamos o método de pesquisa bibliográfica a partir de livros, artigos, revistas, teses e dissertações com o objetivo de retirar conceitos e levantar análises sobre o tema abordado. Foi realizada uma pesquisa de campo na praia da Litorânea, localizada em São Luís do Maranhão, na qual fizemos questionários e entrevistas com 10 vendedores ambulantes de alimentos, com o intuito de fazer um levantamento do perfil sócio-político e econômico dos vendedores, perceber os reflexos da atual conjuntura brasileira no trabalho informal, além de analisar a percepção dos sujeitos sobre a realidade na qual estão inseridos.

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Maranhão, E-mail: malanyamdiniz@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal do Maranhão, E-mail: malanyamdiniz@gmail.com.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Maranhão, E-mail: malanyamdiniz@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Maranhão, E-mail: malanyamdiniz@gmail.com.

⁵ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Maranhão, E-mail: malanyamdiniz@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a categoria trabalho tem ganhado centralidade nos debates sobre a estrutura sócio-política e econômica do Brasil. O crescimento da informalidade é apresentado nos meios midiáticos e percebido no cotidiano da população brasileira. Diante disso, para se compreender a realidade do trabalho informal no Brasil, faz-se necessário buscar a gênese da formação e evolução do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado inicialmente pela economia agroexportadora, baseada na utilização de força de trabalho escrava e de imigrantes europeus e teve sua transição para economia de base urbano-industrial pautada no trabalho assalariado.

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate em torno da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, assim como entender a influência do contexto político e econômico sobre esse setor, além de se fazer um resgate histórico sobre a categoria trabalho. Outro objetivo é apontar o cenário do trabalho informal em São Luís, especificamente na Praia Litorânea, com destaque para os vendedores ambulantes.

CONTEXTO HISTÓRICO DO TRABALHO FORMAL E INFORMAL

O próprio termo trabalho sofreu inúmeras modificações. Na Grécia Antiga era associado à palavra *tripalium*, antigo instrumento de tortura. Tal significação deve-se ao fato de o labor ser comumente associado à uma atitude indesejada, feita apenas por obrigação. A associação do trabalho como fonte de valor surgiu no século XVIII, com o antropocentrismo, o qual substituiu a visão teocentrista da Igreja Católica e, posteriormente, com o Iluminismo a partir das teorias dos economistas clássicos, com destaque para Adam Smith e David Ricardo.

A teoria do valor-trabalho foi inicialmente utilizada pela nascente burguesia para lutar contra o parasitismo da nobreza europeia. Posteriormente, Marx resgata essa teoria para criticar a própria burguesia que inicia seu ciclo conservador em 1848.

Sobre o trabalho, vale ressaltar as reflexões de Marx:

[...] O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais de trabalho. [...] pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. (MARX, 1983, p.149 – 150)

O modo de produção capitalista caracteriza-se pela relação desigual e antagônica entre capitalistas, detentores dos meios de produção, e trabalhadores, possuidores da força de trabalho. No capitalismo, a força de trabalho transforma-se em mercadoria e a sua oferta no mercado se dá através do trabalho assalariado. Contudo, apesar das inúmeras

conquistas implementadas pelos trabalhadores ao longo dos séculos XIX e XX, a formalização do trabalho não implica em transformações significativas na essência da exploração capitalista, visto que é a partir da mais-valia que a riqueza capitalista é acumulada.

Conforme Mônica Dualibe (2010, p.15-16) afirma, “a formalização da relação de emprego é feita pela anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social do trabalhador, por seu empregador, configurando-se o registro do empregado.” Contudo, a ordem a organização sócio-política e econômica, somada às exigências do capital e as condições precárias do trabalho formal, assim como os outros fatores, levantam a questão da informalidade.

A falta de material sobre o trabalho informal favorece para que nesse campo de estudo não tenha uma homogeneidade de definições. Maria Cristina Cacciamali (1983) apresenta três vertentes analíticas sobre o trabalho informal:

a primeira vincula – se aos estudos da Organização Internacional do Trabalho – OIT, efetuados a partir da década de 1970, sobre as condições de trabalho e de geração de renda nas economias africanas e asiáticas; a segunda conceituação é extraída dos relatórios efetuados no âmbito do Programa Regional de Emprego para a América Latina – PREALC, da OIT, também iniciadas nos anos de 1970; e, por último, as formulações de autores de inspiração marxista, que ressaltam a coexistência, nas economias capitalistas, de esferas produtivas com distintos graus de organização. (CACCIAMALI, apud DUALIBE, 2010, P.71)

A primeira vertente identifica o trabalho informal como aquele constituído por estabelecimentos pequenos, com o emprego de técnicas pouco complexas e realizado por membros da família ou por um número reduzido de trabalhadores.

A segunda matriz teórica analisa o trabalho informal como o setor formado pelo agrupamento de atividades de baixa produtividade, cujos trabalhadores não foram absorvidos pelo mercado de trabalho formal. Os relatórios da PREALC apresentam o trabalho informal como a forma de produção atrasada, menos estruturada. Dessa maneira, esse segmento se distingue em dois grandes grupos: atividades informais funcionais e marginais. A primeira diz respeito à atividade com um nível de produtividade capaz de competir com as empresas capitalistas devendo ser, portanto, estimulada. As atividades marginais estariam pré-determinadas a fracassarem e como alternativa restaria a qualificação dos trabalhadores para inseri-los no setor formal da economia.

A terceira matriz ressalta a dinâmica do modo de produção capitalista na formação do trabalho informal, com ênfase para a constituição de grandes empresas e grupos oligopolistas.

Dessa maneira:

a subordinação das unidades produtivas informais acontece em todos os aspectos da sua relação com o restante da estrutura produtiva; verificando-se tanto na ocupação dos espaços produtivos, no acesso ao crédito, à tecnologia, à aquisição de matérias-primas e equipamentos, quanto nos vínculos concretos de subordinação. (CACCIAMALI apud DUALIBE, 2010, p.72)

Destaca-se a participação do Estado como regulador das relações macroeconômicas e omissivo na efetivação de políticas sociais e de recursos humanos voltados para regular as relações de trabalho.

A partir da relação direta entre o movimento do capitalismo e a formação e reprodução da informalidade, o trabalho informal deve ser entendido como:

Forma de organização da produção dinâmica que se insere e se molda aos movimentos da produção capitalista. Sua composição e seu papel modificam-se com o padrão de expansão e reprodução capitalista e, assim, ele é continuamente deslocado e recriado, tornando-se flexível e permeável, adaptando-se às condições gerais da economia em especial, da urbana. (CACCIAMALI, 1983, p.27)

TRABALHO INFORMAL NO BRASIL: DOS ANOS 60 AO SÉCULO XX

A formação sócio-histórica brasileira tem grande importância na constituição do mercado de trabalho no Brasil, tanto no aspecto formal quanto informal desse setor.

No que diz respeito ao trabalho informal, um fator determinante foi o decreto da Lei de Terras (1850), que tinha como objetivo a expansão dos complexos cafeeiros em benefício dos latifundiários. O interesse dos latifundiários tornou-se evidente a partir da instauração da Lei Áurea, que decretava a libertação dos escravizados. Entretanto, tal processo se deu sem a reparação que permitisse a integração dos negros, de maneira que:

No meio rural, os homens livres que não se incorporavam ao setor agroexportador, produziam utilizando métodos arcaicos, com baixos níveis de produtividade e resultando em pequenos excedentes, condenando essa população à reprodução nos mesmos níveis de pobreza. Nas cidades, a massa de ex – escravos e de homens brancos não proprietários, não encontrava demanda para sua força de trabalho. O incipiente artesanato era fabricado por ex-escravos e prevaleciam as atividades descontínuas e precárias (pequeno comércio varejista de produtos diversos, comércio ambulante de alimentos transporte de carga, serviços pessoais). (DUALIBE, 2010, p. 25-26)

A partir do século XIX, com a política de embranquecimento, a qual financiou a entrada de imigrantes, em sua maioria italianos, para trabalhar no setor agroexportador cafeeiro, acentuou o problema na exclusão dos negros.

A nova configuração da economia brasileira estabeleceu uma nova organização da indústria do país, a qual concentrou-se apenas no setor sul, deixando, portanto, o Nordeste fora desse eixo. Tal contexto contribuiu para o aumento considerável do trabalho informal da região Nordeste. Conforme Dualibe:

A coexistência entre um setor atrasado – destinado basicamente à produção de subsistência – e um setor moderno – caracterizado pela produção em larga escala para a exportação – contribuiu para a conformação de um mercado de trabalho caracterizado pela oferta abundante de trabalhadores migrantes do setor tradicional. (DUALIBE, 2010, p.17)

Outro fator determinante para a informalidade do trabalho no Brasil é o próprio desenvolvimento capitalista nos países latino americanos, caracterizado pela industrialização tardia, pautada no crescimento industrial e no não acompanhamento da estrutura produtiva. Essa conjuntura gera um êxodo rural desenfreado, culminando numa urbanização acelerada pela falta de emprego e, conseqüentemente, pela formação do exército industrial de reserva.

Em contrapartida, a industrialização dos países desenvolvidos caracteriza-se pela decomposição social agrária, processo que não foi realizado no Brasil, visto que ainda permanece ligado ao latifúndio. Essa condição contribui para a baixa competitividade no sistema industrial e a oferta de baixos salários, assim como formação de uma indústria constituída pela grande concentração fundiária e pela absorção de tecnologias externas.

A partir de 1930, o mercado de trabalho brasileiro sofre novas alterações devido à crise de 1929. Esse cenário é caracterizado pela grande intervenção do Estado na economia e pela institucionalização do trabalho assalariado (CLT-1943).

A fixação do salário mínimo é um importante marco do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e foi resultado de intensas reivindicações sindicais. Além disso, o assalariamento tinha como objetivo o incentivo ao consumo e a não redução da procura. Conforme Mônica Dualibe ressalta:

Em termos gerais, até meados da década de 1940 permaneceu embrionário a estruturação do mercado de trabalho assalariado no país: embora a legislação trabalhista tenha sido consolidada nas décadas de 1930 e início de 1940, os trabalhadores eram protegidos por esse marco regulatório ainda eram uma pequena parte do total de ocupados. A maior parte dos trabalhadores, mais de 60% encontrava-se no meio rural e a legislação restringia-se aos assalariados urbanos. Além disso, mesmo nas cidades de maior porte, a incipiente industrialização absorvia uma reduzida parcela da população economicamente ativa, enquanto a maior parte exercia ocupações precárias no setor terciário tradicional (comércio e transportes) ou trabalhava por conta própria. (DUALIBE, 2010, p.39-40)

Durante o século XX, no contexto de saída da ditadura, em 1980, o mercado de trabalho brasileiro caracteriza-se pela pouca absorção da força de trabalho.

A situação de desemprego se atenuou com o governo de Fernando Collor de Mello, que deu início ao enfraquecimento da Constituição de 1988. O contexto se agudizou com o governo Fernando Henrique Cardoso, que objetivava a inserção do Brasil na economia internacional globalizada. O momento marca a entrada do ideal neoliberal no país, acentuando a precarização do trabalho.

O trabalho assalariado formal caiu, relativa e absolutamente, enquanto aumentavam o desemprego, o trabalho assalariado informal, o trabalho por conta própria e o trabalho doméstico. Nesse período, de cada dez postos de trabalho criados, somente dois eram assalariados, porém sem registro formal. (POCHAMANN apud DUALIBE, 2010, p.56)

Outro aspecto do mercado de trabalho brasileiro do século XX é que o investimento no setor industrial é marcado pela isenção do trabalho morto como o implemento de máquinas e pelo processo de terceirização de serviços e produtos. O aumento do pauperismo do governo FHC deve-se à instauração do Plano Real, que assinou a proibição dos reajustes automáticos do salário mínimo.

TRABALHO INFORMAL NO CENÁRIO MARANHENSE

O padrão de acumulação capitalista não gera desigualdade apenas entre países ou entre a economia desses, mas também entre as regiões dos territórios nacionais. O capitalismo tardio, somado à concentração do desenvolvimento industrial na região sudeste, principalmente em São Paulo, são os principais motivos para as assimetrias econômicas e sociais entre as regiões do território brasileiro.

a indústria nacional nasceu a partir da aplicação do excedente do capital gerado no âmbito do sistema agroexportador cafeeiro paulista e essa relação mantém-se durante a instalação e expansão do setor produtor de bens de consumo não duráveis. A industrialização acelerou-se em São Paulo, sustentada, inicialmente, somente nos fluxos cambiais gerados pelo setor cafeeiro, e posteriormente, também por seus próprios efeitos multiplicadores sobre a estrutura produtiva e sobre a renda. (TAVARES apud DUALIBE, 2010, p.102)

Durante as três primeiras décadas do século XX, a economia rompe com os padrões de letargia secular. A partir daí houve um retorno dos contingentes populacionais à economia de subsistência, e o Nordeste passa por um intenso momento de mudança econômica. (FURTADO apud DUALIBE, 2010, p. 103)

O processo de industrialização do Nordeste:

pode ser resumida a partir de dois fatores: de um lado, as cidades de Salvador e Recife, e, em menor magnitude, as demais capitais da região, receberam levas expressivas de imigrantes rurais desde o final do século anterior; de outro lado, o excedente populacional, resultante da concentração fundiária, das secas periódicas, do parcelamento de minifúndios e pela fragmentação das atividades urbanas contribui para a criação de uma reserva significativa de mão de obra, nas zonas rurais e urbanas (DUALIBE, 2010, p.103)

A urbanização nordestina concentrou-se principalmente nas cidades de Salvador e Recife e contribuiu para a abertura da economia rural, configurada a partir de três processos fundamentais: o direcionamento da economia para o mercado, o crescimento do trabalho operariado e o aumento da monetização da economia.

Diferentemente do que aconteceu em São Paulo, a produção industrial do Nordeste “crescia com baixo dinamismo e incipiência na diferenciação da estrutura produtiva, pois,

além da fabricação de têxteis, estava vinculada, essencialmente, ao beneficiamento de produtos agrícolas” (DUALIBE, 2010, p.103). A estagnação da produção açucareira no Nordeste, em virtude da queda do preço no mercado internacional e da concorrência com outros produtos internacionais, ocasionou sérios problemas à nascente industrialização de Recife e Bahia.

No Maranhão, o fim do ciclo produtivo de plantatios, no final do século XIX, voltam a predominar a pecuária e a produção em regime de economia familiar, voltada para a subsistência. Destacam-se as atividades como o extrativismo, a criação extensiva de animais de pequeno porte, a pesca e o uso de elementos naturais para a reprodução de pequenas comunidades rurais. (SILVA apud DUALIBE, 2010, p.104)

Diferentemente da industrialização no Sudeste.

o mercado de trabalho urbano não se estrutura no nordeste – mediante a gradativa generalização das relações de trabalho assalariado – tendo em vista o refluxo do movimento de industrialização. Predominaram nessa região, até meados do século XX, relações de trabalho não-assalariadas que “apenas tangenciam o mercado de trabalho”. (BARBOSA apud DUALIBE 2010, p.105)

A partir de 1960, intensas mudanças ocorreram na economia nordestina, através de políticas econômicas implementadas pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, que objetivava o desenvolvimento regional. O Governo Federal criou a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, objetivando o desenvolvimento industrial e do agronegócio na região, a partir de incentivos fiscais e da ação interventiva do Estado Nacional.

No Maranhão, a implementação dos projetos da SUDENE, somada à ação do Estado em investir na entrada de capital estrangeiro e do centro – sul do país “gerava intensa especulação fundiária no estado, o gradual fechamento da fronteira agrícola formada por terras devolutas e a expulsão dos pequenos trabalhadores rurais autônomos. (DUALIBE, 2010, p.107). Destacam-se também as profundas mudanças consolidadas a partir da instalação de Programa Grande Carajás (PGC), constituído por meio dos Projetos desenvolvidos pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, entre 1974 e 1979.

Em síntese, nesse contexto de transformação sócio, política e econômica

o governo estadual adotou como alternativa de modernização agrícola, a exemplo do que já vinha ocorrendo em outros estados da federação, a concessão de benefícios fiscais visando o incremento do cultivo de produtos com elevado valor comercial. Por outro lado, a produção familiar tradicional recebeu tratamento desfavorável com repercussões diretas sobre a pobreza no campo e a estruturação do mercado de trabalho no estado, tanto urbano quanto rural. (SILVA apud DUALIBE, 2010, p.107)

ATUAL CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NO TRABALHO INFORMAL DO MARANHÃO

Pode parecer algo desconexo à primeira vista, mas as condições da organização do trabalho estão intrinsecamente ligadas à conjuntura político-econômica de cada país. No caso do Brasil, isso se torna explícito não apenas pelas reformas trabalhista e da previdência, como destaca Mônica Dualibe.

[...] nos últimos trinta anos, a capacidade de regulação do Estado sobre o trabalho subordinado – assalariado, subjacente à estruturação do mercado de trabalho durante os processos de industrialização e urbanização das economias capitalistas tem confrontando-se com as transformações decorrentes das novas formas de organização de produção (terceirização e desverticalização) com a generalização das novas tecnologias da informação, sobretudo aquelas relacionadas a transmissão de dados e com a ascensão do ideário neoliberal que promoveu o desregulamento e flexibilização de parte do marco regulatório das economias nacionais, inclusive dos países avançados.(p.19)

Os reflexos sofridos após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff impactaram nas novas relações sociais no trabalho informal, pois o governo de Michel Temer representa o resgate do ideário neoliberal no país. Dessa maneira:

O que está se propondo é completar o que não foi completado nas propostas neoliberais que se tornaram hegemônicas no momento em que o Brasil se inseriu no processo de globalização que internalizou as características desse capitalismo contemporâneo. Nos anos 90 se mexeu em elementos centrais de emprego, a terceirização avançou muitíssimo, assim como a relação de emprego disfarçado, ou seja, muitas formas de flexibilização. (KREIN, 2016)

As reformas propostas por esse governo contribuem para o acentuamento da precariedade das condições do trabalho formal, que estão sendo fundamentadas pelo discurso de desenvolvimento do país, o que colabora para migração dos indivíduos para o setor informal. Neste sentido, nota-se que, por um lado, o capitalismo excluiu parte do operariado na inserção do trabalho formal, criando um populoso exército industrial reserva. Por outro lado, esse mesmo sistema exige que toda população participe no mercado. Tal realidade resulta na migração dos trabalhadores para o trabalho informal.

O TRABALHO DOS AMBULANTES DA PRAIA DA LITORÂNEA: O CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO E A INFORMALIDADE

Em São Luís, segundo dados do IBGE no ano de 2016, apenas 33,2% da população estão formalmente ocupadas. A presença de vendedores ambulantes na praia é reflexo desse contexto. No caso específico da praia Litorânea, localizada em São Luís do Maranhão, esse tipo de atividade vem sendo exercida ao longo de muitos anos.

Contudo, o processo de deslegitimação dos direitos trabalhistas, implementado pelo governo Temer após o impeachment da presidenta Dilma, tem acentuado essa problemática nos mais distintos ambientes de trabalho, inclusive no trabalho informal na praia. Conforme afirma Gilberto Fernandes:

É muito comum, verem-se trabalhadores do setor informal da economia utilizando-se de espaços públicos, na sua maioria, por iniciativa própria e de várias maneiras. Essa realidade leva a concordar com Singer e Souza (2000), quando diz que parte dos trabalhadores vivem alternativamente e sob os ditames do capitalismo; e por isso, criam e recriam, periodicamente, novas formas territoriais econômicas temendo ficar de fora do mercado de trabalho ou que dele já estejam à margem. (FERNANDES, 2008, p. 116)

Essa atividade caracteriza-se pelo trabalho autônomo, em sua maioria, a partir da venda de variados produtos como alimentos (castanha de caju, castanha do Pará, ostras, camarão, queijo assado, amendoim, salgados variados), brinquedos, eletrônicos, cosméticos, roupas, acessórios, etc.

Este estudo está baseado na análise do processo de trabalho dos vendedores de alimentos na praia Litorânea, que se caracteriza pela jornada, de aproximadamente 11 à 12 horas de trabalho, em que grande parte dos trabalhadores utilizam do transporte público para seu deslocamento. A maioria dos entrevistados é responsável pelo sustento do seu núcleo familiar e afirma ter optado por essa profissão devido à falta de oportunidades no trabalho formal, além da precariedade desse setor, caracterizado por atraso nos salários, relações conturbadas entre patrão e empregados, etc.

A falta de estrutura do trabalho dos ambulantes é expressa pela ausência de bebedouros e banheiros ao longo da orla, assim como a não existência de aparatos legais que regulamentem as relações de trabalho no que diz respeito à previdência, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), PIS (Programa de Integração Social) e outros direitos. Nota-se que a maioria não contribui para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), o que levanta o problema da seguridade social dessa classe de trabalhadores.

Entretanto, apesar das condições precárias do trabalho nas praias, todos os entrevistados declaram estar satisfeitos com os rendimentos de sua atividade, embora não eliminem a possibilidade de migrarem para o trabalho formal. A flexibilidade do horário de trabalho, o prazer de trabalhar ao ar livre e a possibilidade de trabalhar em dias determinados contrastam com o fato de os trabalhadores estarem sujeitos à intempéries do ambiente, como o sol forte, além de necessitarem diretamente do seu trabalho pessoal para conseguirem se manter economicamente ativos, encontrando-se desprovidos de segurança em caso de emergência.

O otimismo do trabalho dos ambulantes deve-se à imagem positiva dada ao trabalho independente, de maneira que ser “seu próprio patrão” é sinônimo de realização pessoal, tendo em vista que essa é uma das principais bandeiras defendidas pela ideologia liberal, a qual enfatiza o individualismo nas relações sociais, em especial, no trabalho.

Para esses trabalhadores, o trabalho informal é a única alternativa para poderem sobreviver, visto que o capitalismo exige que todos participem do mercado. Conforme afirma Marx, no Manifesto Comunista:

[a burguesia] afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavaleiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. [Ela] despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, dos sacerdotes, do poeta, do sábio seus servidores assalariados. (MARX, ENGELS, 1998, P. 42)

O processo de desmonte de direitos implementados pelo governo Temer, somados à omissão do Estado na garantia de direitos sociais, é percebida pelos ambulantes a partir do aumento da concorrência de vendedores dos mesmos produtos, assim como a entrada de novos produtos como eletrônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é notória a relação direta entre o alinhamento dos interesses no governo vigente e a organização do trabalho e seus impactos nas relações sociais. A política neoliberal visa a fortalecer os blocos econômicos em detrimento dos direitos sociais adquiridos, sendo perceptível essa “queda de braço” dela com os governos populistas. A partir dessas medidas de precarização, que afetam primeiramente o setor formal, conseqüentemente ocorre o “inchaço” do setor informal, com todos os trabalhadores que não conseguem se inserir.

Essa realidade ressalta mais a importância dos debates e discussões sobre o setor informal, a fim de dar visibilidade a essa categoria e combater a omissão do Estado diante desta questão. Esses debates devem girar em torno do combate à informalidade e não a uma política de adequação da categoria do sistema capitalista, pois, nesse último caso, acabaria resultando em uma outra categoria alheia à esta.

REFERÊNCIAS

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas – IPEA, 1983.

DUALIBE, Mônica Damous. **A informalidade das relações de emprego e a atuação da inspeção do trabalho: uma análise para o Maranhão contemporâneo**. 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

FERNANDES, Gilberto Oliveira. **Setor informal da economia e a dinâmica dos territórios nas praias da cidade do Natal**. 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MARX, Karl, **Introdução à crítica da economia política**. Tradução de Edgard Malagodi [et. Ali]. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Boitempo: São Paulo, 1998.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Biblioteca Básica de Serviço Social**, 3.ed. Editora Cortez: São Paulo. 2007.

SANTOS, Roseniura. **A retomada do programa neoliberal no governo Temer e seus possíveis impactos sobre a auditoria fiscal do trabalho brasileira**. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 239, 2016.